

HISTÓRIAS DE TRAVESTIS NO MOVIMENTO BRASILEIRO DE PROSTITUTAS (DO GOLPE DE 1964 AO GOLPE DE 2016)

TRAVESTIS EN EL MOVIMIENTO DE PROSTITUTAS BRASILEÑAS

TRAVESTIS IN BRAZILIAN PROSTITUTES MOVEMENT

BARRETO, Leticia Cardoso¹

Resumo

O movimento organizado de prostitutas no Brasil atua desde a década de 70, marcado por lutas contra a ditadura civil-militar, a Aids, o tráfico de pessoas e por tentativas de interferir em ações do poder público. Objetivamos analisar como se construíram as relações do movimento organizado de prostitutas, formado prioritariamente por mulheres cis, com as mulheres trans, que se deu principalmente através de travestis. Observamos que a participação incluiu momentos de protagonismo, invisibilidade, afastamento e reaproximação. Se a primeira manifestação pública foi organizada por travestis e transexuais em reação a ações repressivas relacionadas à ditadura civil-militar, em outros momentos estas se afastaram do movimento, almejando se distanciar também do estigma que associa a transexualidade ou a travestilidade à prostituição. Em meados dos anos 2010 vemos uma reaproximação entre movimentos de travestis e movimentos de prostitutas, que traz novas pautas e questões para o movimento e suas formas de atuação.

Palavras-chave: prostituição, movimentos sociais, feminismo

Resumen

El movimiento organizado de prostitutas en Brasil está activo desde la década de 1970, marcada por luchas contra la dictadura cívico-militar, el SIDA, la trata de personas y los intentos de interferir en las acciones del poder público. Nuestro objetivo es analizar cómo se construyeron las relaciones entre el movimiento organizado de prostitutas, formado principalmente por mujeres cis, y las mujeres trans, que se dio principalmente a través de travestis. Observamos que la participación incluyó momentos de protagonismo, invisibilidad, separación y acercamiento. Si la primera manifestación pública fue organizada por travestis y transexuales como reacción a acciones represivas relacionadas con la dictadura cívico-militar, en otras ocasiones se distanciaron del movimiento, con el objetivo de alejarse del estigma que asocia la transexualidad o travestilidad con la prostitución. A mediados de la década de 2010 asistimos a un acercamiento entre los movimientos de travestis y de prostitutas, lo que trae nuevas agendas y preguntas al movimiento y sus formas de acción.

Palabras clave: prostitución, movimientos sociales, feminismo

¹ Professora do Departamento de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Divinópolis) e líder do grupo de pesquisa e extensão PIPA – Práticas Interseccionais e Participativas.

Abstract

The organized movement of prostitutes in Brazil has been operating since the 1970s, marked by struggles against the civil-military dictatorship, AIDS, human trafficking and attempts to interfere with government actions. We aim to analyze the relations of the organized movement of prostitutes (formed mainly by cis women) with trans women, specially through transvestites. We observed that participation included moments of protagonism, invisibility, withdrawal and rapprochement. If the first public demonstration was organized by transvestites and transsexuals in reaction to repressive actions related to the civil-military dictatorship, at other times they moved away from the movement, aiming also to distance themselves from the stigma that associates transsexuality or transvestite with prostitution. In the mid-2010s we see a rapprochement between transvestite movements and prostitute movements, which brings new agendas and questions to the movement and its forms of action.

Keywords: prostitution, social movements, feminism

1. Introdução

Eu gostaria que vocês soubessem que estar no movimento brasileiro de prostitutas tem um significado todo especial para mim porque quando eu pautei isso, pautei a necessidade do movimento de travestis e transexuais em São Paulo não fingir que essa também é a nossa realidade, que o movimento adora falar que 90% das travestis são prostitutas ou estão na prostituição, mas ao mesmo tempo se recusa a pensar a regulamentação, não tem nenhum acúmulo sobre esse debate não faz nenhuma [mesa] sobre isso. Quando eu coloquei essa questão no começo desse ano o que aconteceu foi que eu fui sumariamente expulsa do movimento de São Paulo de travestis e transexuais e quando eu me recusei a ser expulsa a liderança de São Paulo bateu minha cabeça na parede e disse que não era mais o lugar de eu estar me expondo. E uma das coisas mais impressionantes é que aqui eu me sinto muito mais acolhida, aqui eu sinto que posso dizer as coisas sem esse higienismo de vamos falar só sobre coisas limpinhas. Não, vamos falar sobre a realidade de todas as formas, de todas as perspectivas, vamos lutar contra a violência, vamos lutar contra a discriminação, vamos falar as palavras sujas, as palavras que ninguém quer ouvir. Então estar aqui hoje significa muito para mim.

(Amara Moira, novembro de 2015, durante curso “Uma revolução particular: o movimento organizado de prostitutas”)

Durante o curso de extensão “Uma revolução particular: O movimento brasileiro de prostitutas”, oferecido entre 23 e 27 de novembro de 2015 e promovido pelo Observatório da Prostituição e pela Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) foram convidadas² a falar ativistas do movimento, aliadas, parceiras,

² Optei durante a escrita por utilizar o termo genérico no feminino, haja vista que foi uma pesquisa realizada por uma mulher e com participantes que são em sua grande maioria mulheres.

pesquisadoras, parlamentares, dentre outras pessoas. Neste momento, tanto travestis quanto algumas prostitutas cis reivindicavam a inclusão das mulheres trans³ no movimento, clamando para que este se repensasse e reconstruísse. A fala acima reproduzida de Amara Moira que além de travesti é autora do blog “E se eu fosse puta” e de livro de mesmo nome se destacou neste momento. Ela relatava uma história de violência ao buscar que durante o IX Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais realizado no período de 16 a 19 de dezembro de 2014 em São Paulo o movimento abarcasse a agenda da prostituição. Ao mesmo tempo dizia se sentir, no movimento de prostitutas, mais acolhida e capaz de debater suas vivências na prostituição, atividade tão comum à vida de muitas travestis e mulheres trans.

As demandas desta e de outras prostitutas de que o movimento se altere para dar conta da inclusão dos debates e das militantes trans, me levou a questionar sobre qual foi a participação das mulheres trans e especificamente das travestis no movimento de prostitutas no Brasil ao longo de sua história de mais de 30 anos de atuação. Recuperei alguns momentos em que a participação ou ausência das mulheres trans se tornaram emblemáticos para analisar como se constituíram a atuação política e as possibilidades de atuação.

O presente artigo tem como objetivo analisar como se construíram as relações do movimento organizado de prostitutas no Brasil, formado prioritariamente por mulheres cis, com as mulheres trans, especialmente travestis. Para tal, tomarei quatro pontos de análise através dos quais observamos que a participação de mulheres trans se deu de formas diversas, incluindo momentos de protagonismo, invisibilidade, afastamento e reaproximação. Os pontos de análise escolhidos são a primeira manifestação pública (1979); o Projeto Previna e as lutas iniciais contra a AIDS; as campanhas do Ministério da Saúde e do Trabalho que lançam novos olhares para estes grupos; e por fim os debates atuais, focando nos projetos de lei defendidos. Ressalto que uma questão que marca os afastamentos e as aproximações é que esta se dá prioritariamente a partir de algumas pessoas-chave, mais do que entre movimentos e que em geral são travestis,

³ Jaqueline Gomes de Jesus propõe, no “Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião” (Jesus, 2012), que todas as pessoas podem ser consideradas cisgêneras ou transgêneras, sendo as primeiras (cis) aquelas que se identificam com o gênero que foi atribuído ao nascerem, as segundas (trans) são não-cisgêneros, pois não se identificam com o que lhes foi atribuído

havendo pouca presença de mulheres transexuais. Estas questões podem levar a uma visão de que estes contatos seriam pontuais e, portanto, de menor relevância. Acredito, contudo, que são encontros profundamente profícuos e relevantes e que, apesar disso, são constantemente invisibilizados nos relatos sobre as histórias do movimento organizado.

Destaco ainda que as análises aqui apresentadas foram feitas a partir de fragmentos de informação encontrados em documentos históricos. Assim, não foi encontrado muito material que se debruçasse sobre a questão, mas antes pequenos trechos de falas ou a citação de um grupo organizado de travestis em um documento institucional, o que dificulta o conhecimento mais aprofundado da relação estabelecida. Assim, como forma de complementar e complexificar as análises, foi essencial o contato com o movimento de prostitutas, que me permitiu acompanhar parte destas histórias e dos debates que se produziram de perto.

2. A manifestação de 1979: Somos todas putas

Os movimentos organizados de prostitutas têm sua origem identificadas com as décadas de 1960, 1970 e 1980 em diversas partes do mundo, embora antes disso já seja possível localizar organizações e mobilizações de prostitutas por direitos. A violência policial aparece como mobilizador que, associado a ações realizadas por grupos religiosos e posteriormente aos financiamentos e demandas por ações de combate à epidemia da Aids marcam o surgimento e consolidação destes movimentos sociais. Se em países como os EUA esta emergência se dá no contexto das Guerras do Sexo Feministas, no Brasil, é marcado pelo período de ditadura civil-militar (1964-1985) que unia a esquerda na luta contra a cassação de direitos, censura e prisões que marcaram o período e relegava as questões feministas a segundo plano (BARRETO, 2015). De 1975 até 1980 os grupos feministas, recém-formados no Brasil, eram marcados pela tensão entre lutas mais gerais da esquerda e lutas específicas das mulheres, a partir daí a violência contra a mulher passa a ser denunciada e incorporada como pauta central (GREGORI, 1993) e a prostituição e a pornografia, tornaram-se centrais ao debate apenas anos depois (PISCITELLI, 2008).

Durante a ditadura civil-militar, vários grupos que antes eram tornados invisíveis no debate, foram fortemente violentados, como é o caso das prostitutas. O relatório produzido pela Comissão Nacional da Verdade informa que em São Paulo, durante o governo estadual de Paulo Maluf, o delegado José Wilson Richetti foi responsável pela execução de uma política apelidada de “Rondão”, que almejava limpar o centro da cidade da presença de prostitutas, travestis e homossexuais e cerca de 300-500 pessoas eram levadas por dia à delegacia acusadas de contravenção penal de vadiagem, o que levou a uma manifestação organizada por prostitutas e travestis em 6 de junho de 1980 (BRASIL, 2014).

Foi neste contexto que ocorreu a primeira manifestação de prostitutas no Brasil, de acordo com representantes do movimento organizado de prostitutas. O evento se deu em 1º de dezembro de 1979, e participaram cerca de cem prostitutas da Boca do Lixo, que percorreram o centro de São Paulo, terminando seu trajeto na Seccional da Polícia. Reivindicavam melhores condições de trabalho, o fim das extorsões e dos maus tratos (TREVISAN, 1980a, b). Gabriela Leite conta que a organização partiu das travestis, que tiveram a adesão das prostitutas cis, somando milhares de pessoas. Conta que as prostitutas não podiam nem mesmo permanecer nas ruas após o trabalho, podendo ser conduzidas à delegacia, onde eram duramente agredidas, o que levou à morte de duas travestis e uma mulher cis, que estava grávida, o estopim para o evento. A assembleia, no teatro Ruth Escobar, lotou o auditório, além de ter tido grande presença da mídia. O delegado acabou por ser afastado (LEITE, 1992). A manifestação foi reprimida pela polícia que mandou fechar vários prédios (LEITE, 2009).

Em junho de 1980, durante o Encontro Feminista de Valinhos, realizado no estado de São Paulo uma militante do grupo Associação de Mulheres, informou sobre o Núcleo de Defesa das Prostitutas e Travestis, que incluía representantes de diversos movimentos sociais em uma reação à “Operação Pente Fino”. A representante da associação conclamava as demais para a luta feminista em defesa das prostitutas, ressaltando a dificuldade de mobilizar as mesmas e as travestis. Poucos dias antes do encontro, foi feita uma manifestação pública no Teatro Municipal de São Paulo, que incluía a questão da violência policial, mas também o desemprego, questões de raça, de direito de ir e vir. Junto a essa houve uma passeata “pouco comportada”, segundo Gregori, o primeiro ato

de denúncia na cidade com conotação de festa. Neste evento havia demandas de ordens diversas, expressas em palavras de ordem como “somos todas putas”, “abaixo o subemprego”, “os gays unidos jamais serão vencidos”, “abaixo a repressão, mais amor e mais tesão” (GREGORI, 1993).

Neste momento inicial da luta cabe destacar o protagonismo de travestis, seja por serem alvos prioritários da violência seja por serem as principais mobilizadoras da passeata. Mulheres cis e travestis lutavam juntas contra a violência policial, que as atingia neste período da ditadura. Por outro lado, feministas se uniam à causa, afirmando que “também eram prostitutas”, legitimando as ações e combatendo a repressão. A presença da violência da ditadura e a forma como atingia diversos grupos sociais unia mulheres cis e trans, gays, prostitutas, em prol de uma mesma luta contra a opressão.

3. Projeto Previna: juntas na luta contra a AIDS

A atuação do poder público brasileiro frente ao fenômeno da AIDS começou a ganhar corpo no início da década de 1980, sendo a doença definida, como nos aponta o médico brasileiro Paulo Roberto Teixeira, como questão de saúde, com enfoque sobre a vigilância epidemiológica, assistência médica e discurso de não-discriminação (TEIXEIRA, 1997). Em meados dessa década, foi criado o Plano Nacional de AIDS (1986), do Governo Federal, e, paralelamente, iniciou-se a disponibilização de recursos para organizações da sociedade civil que visassem atuar frente ao fenômeno, surgindo as chamadas “ONG AIDS”.

Se o movimento de prostitutas, em nível nacional, já havia sido iniciado, a AIDS convocava para a luta e acabava por delimitar formas específicas de configuração nos momentos seguintes. Diversos grupos de prostitutas, e Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam com este público, começaram a propor e desenvolver projetos financiados pelo Ministério da Saúde. Os projetos desenvolvidos por atrizes da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) tinham como enfoque a conjugação entre prevenção e organização da categoria (BRASIL, 2002; RBP, 2014).

Com o crescimento de demanda de ações com os então chamados “grupos de risco”, prostitutas passaram a ser multiplicadoras/agentes de saúde, executoras de projetos, consultoras para as ONG que os desenvolviam. O “Projeto Previna”, que tinha como

público-alvo profissionais do sexo (prostitutas, travestis, michês), homossexuais, presidiários e usuários de drogas, foi sendo alterado pelos debates das coordenações estaduais e nacionais de DST/AIDS com os grupos de prostitutas, que se colocaram como protagonistas no processo de prevenção da categoria. As primeiras ações de combate à Aids entre prostitutas foram pensadas de maneira conjunta para atender a mulheres cis e trans, pois as prostitutas eram todas vistas como população de risco para a doença.

Em entrevista com Rose, integrante da ONG carioca Fio d'Alma, que realiza trabalhos de prevenção com prostitutas no Rio de Janeiro, a mesma relata como estas ações eram conjugadas nos projetos do Instituto de Estudos da Religião (ISER), onde começaram articulações do movimento de prostitutas no Brasil, a partir da atuação de Gabriela Leite. O primeiro encontro de prostitutas foi promovido pelo programa “Prostituição e direitos civis”, coordenado por Gabriela Leite e que funcionava no Iser. Uniu mulheres prostitutas que também tinham passagem por outras organizações populares, costumeiramente vinculadas à Igreja Católica e à Pastoral da Mulher Marginalizada. Tinha como objetivo facilitar a articulação de uma rede de contatos e intercâmbios entre as prostitutas do país, com ações conjuntas e busca por direitos, embora os debates tenham se focado mais ao redor dos conflitos e tensões produzidos pela condição de ser prostituta (MORAES, 1996).

O projeto que a Gabriela [Leite] já coordenava [no ISER], mas a Gabriela era uma das coordenadoras também. E treinou um montão de gente, que era tudo junto... o Previna [Projeto do Ministério da Saúde] era travestis, homossexuais e prostitutas. Todo mundo junto, a gente tinha treinamentos, eles foram contratados como agentes de multiplicadores e aí eles começaram esse trabalho na rua de prevenção e tal. E depois cada um foi seguir o seu caminho

(Entrevista com Rose, 2006)

Mario Carvalho e Sérgio Carrara informam que a primeira organização de travestis no Brasil, a ASTRAL surge igualmente dentro do ISER, em 1992, em resposta à violência policial e que o apoio veio do projeto Saúde na Prostituição (o qual Gabriela Leite também integrou). Assim, se dá da mesma forma em resposta ao contexto de prisões e mortes da ditadura civil-militar aliado a um ambiente de intervenções de caráter religioso, tendo como militantes agentes de saúde e a AIDS como fenômeno catalisador. No surgimento das associações de travestis relatam que é constante também que este se

dê vinculado a contatos em áreas de prostituição em que uma figura se torna referência para resolução dos problemas vivenciados pela população. Os autores informam que em 1990 as travestis são oficialmente incluídas no movimento homossexual brasileiro e que em 1995 é formada a Associação Brasileira de Gays Lésbicas (ABGLT). As associações de travestis, como as de prostitutas, se reúnem com frequência em encontros de Aids (CARVALHO; CARRARA, 2013) e o binômio violência policial/Aids é presente no surgimento de diversos grupos de travestis (CARVALHO, 2011b), como o é no caso de mulheres cis (BARRETO, 2015).

Em pesquisas e intervenções sobre o movimento de prostitutas em Belo Horizonte, a união entre mulheres cis e trans também se fazia patente desde os primórdios das tentativas de organização do movimento. E tanto a viagem para o Terceiro Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo, em 1994, quanto a fundação da Associação Mulheres Agentes da Vida (AMAVI), que foi a primeira forma de organização do movimento, foram marcadas pela presença de mulheres prostitutas cis e trans mineiras, muitas das quais eram agentes de saúde do Grupo de Apoio e Prevenção à Aids de Minas Gerais (GAPA-MG), que atuava na prevenção à Aids na capital de Minas Gerais. Em Belo Horizonte o cenário era semelhante e o primeiro Previna contou com a participação de seis mulheres cis, seis travestis e seis homens, como nos contou Rosa. Todas participavam das reuniões comunitárias, em que organizavam o trabalho e discutiam as possibilidades de organização da categoria.

Durante esse período, Roberto Chateaubriand afirmou em entrevista que o trabalho com mulheres cis e travestis era absolutamente indissociável “não tinha como falar de prostituta sem falar de travesti e nem falar das travestis sem tocar nas prostitutas”. A principal região de atuação do Previna em Belo Horizonte, a do Bonfim, era ocupada pelos dois grupos e muitas das reuniões ocorriam nas casas de travestis. Apesar disso, destacava que a violência sofrida pelas travestis sempre foi maior e mais agressiva e que um momento marcante ocorreu com o assassinato de duas delas de maneira violenta e que, apesar do amplo conhecimento das pessoas sobre quem era o criminoso, não foi possível fazê-lo responder pelo ato. Este foi um dos principais estopins para a criação de um movimento organizado de mulheres prostitutas na cidade, partindo, como no caso de São Paulo, da violência e do protagonismo das travestis, que gerou a fundação de

associações como a Associação de Travestis e Transexuais de Belo Horizonte (ASSTRAV) e a Associação Mineira Agentes da Vida (AMAVI).

4. Ministério do Trabalho e Ministério da Saúde: Repensando relações entre prostituição e trabalho

Nos anos 2000 as relações entre mulheres prostitutas cis e trans começam a se tornar mais tensas ao se pensar qual seria a relação das mesmas com a atividade ocupacional. Por um lado, o movimento de mulheres cis almejava o reconhecimento da prostituição como atividade legítima, da qual não deveriam ter vergonha. Por outro lado, as mulheres trans ambicionavam distanciar a sua imagem da associação frequente com a prostituição.

Em outro trecho de sua fala citada no início do artigo, Amara Moira destacava que a travesti, sendo ou não prostituta, vai ser sempre tratada como tal. A prostituição para muitas travestis se coloca, segundo ela, como opção única de trabalho ao se verem expulsas de casa ou rejeitadas pelo mercado de trabalho e, embora o movimento reiterasse frequentemente que 90% das travestis se prostituem, a prostituição se coloca como motivo de estigmatização e como tema a ser evitado pelo movimento organizado. A militante destaca a importância da prostituição como locus central para se pensar a travestilidade e que buscar a sua abolição é eliminar sua possibilidade de existência.

No caso das mulheres cis, a luta pela desestigmatização do trabalho na prostituição se tornou central. Reconhecer a prostituição como trabalho seria também reconhecer que é uma atividade legítima e que pode ser exercida por mulheres “dignas” inclusive por aquelas que possuem família. Neste sentido, a luta é contra a estigmatização que divide as mulheres em “santas” e “putas”, conferindo a cada uma lugares sociais muito específicos e contraditórios, que não se sustentam na realidade de vida das prostitutas.

A família “profissionais do sexo” da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

Durante o ano de 2002 a prostituição foi reconhecida como ocupação pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, sendo descrita na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A CBO foi instituída pela Portaria Ministerial nº 397, de 9 de outubro de 2002, e é um documento que reconhece, nomeia e codifica as ocupações existentes no

mercado brasileiro. As ocupações semelhantes constituem as chamadas famílias, que abrangem um domínio de trabalho mais amplo e que foram elaboradas por comitês compostos por profissionais de cada área (MTE, 2002).

A inclusão na CBO foi consequência das atuações do movimento de prostitutas ao longo dos anos, ocupando espaços, debatendo sobre as relações de trabalho. Por mais que o documento não tenha força de lei, torna-se instrumento de comprovação da legitimidade da atividade e já vi por diversas vezes ser usado em situações de confronto, “a CBO nos protege”, “já temos a CBO, somos reconhecidas como trabalho!”. A família “profissionais do sexo” contou com a participação de lideranças e grupos de prostitutas e colaboradores na sua elaboração, como a APROSBA (Associação das Mulheres Profissionais do Sexo da Bahia), a Davida (Prostituição, Direitos Civis, Saúde), GAPA-MG (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Minas Gerais), GEMPAC (Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará), Igualdade (Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul), NEP (Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre)(MTE, 2002).

A escrita do texto foi marcada por uma aproximação entre mulheres cis e trans que colaboraram na redação textual. O texto produzido trazia como descritores de “profissionais do sexo” palavras como “travesti (profissional do sexo)” e “transexual” (profissional do sexo), o que gerou um grande desconforto posterior entre a população trans. Embora a opção por termos tenha sido acordada em reunião, posteriormente integrantes da ANTRA e do Igualdade - Associação De Travestis E Transexuais Do Rio Grande Do Sul questionaram a escolha, afirmando que travestis e transexuais eram colocadas como sinônimos para profissional do sexo, demandando a exclusão de tais termos. A exclusão foi efetivada, não aparecendo mais na CBO.

“Sem vergonha, garota!” e “Travesti e respeito: está na hora de as duas serem vistas juntas”: Campanhas emblemáticas

No ano de 2002, foi lançada no Brasil a Campanha “Sem vergonha”, financiada pelo Ministério da Saúde e desenvolvida com o apoio da Rede Brasileira de Prostitutas. A campanha incluía um kit informativo com caderneta, broches e adesivos. O material tinha como personagem principal a prostituta “Maria sem-vergonha” e trazia lemas

como “Sem vergonha, garota! Você tem profissão!”. A campanha visava subverter o significado negativo comumente atribuído à expressão “sem-vergonha” (que remete a ideias como canalha, devassa, e que são corriqueiramente usadas como forma de humilhação para prostitutas e mulheres que fogem às normas), ao propor que as prostitutas não tenham vergonha de sua profissão (dissociando a prostituição de ideias como “vida fácil”, por exemplo).

De acordo com Flávio Lenz, o conteúdo foi desenvolvido juntamente com o comitê assessor para profissionais do sexo, formado por prostitutas, coordenadoras da Rede, travestis e consultoras. Foi sugerido o slogan “Sem vergonha de ser puta”, que recebeu apoio inicial do governo, mas acabou sendo vetado por membros do Ministério da Saúde (MS). O autor ainda destaca que foi a primeira campanha de massa para prostitutas que contou com apoio do governo brasileiro e a primeira vez que a estratégia de valorização do trabalho e dos direitos das prostitutas aparece, embora já fosse bandeira antiga do movimento (LENZ, 2002). Abaixo trazemos imagens de adesivos da campanha, que evidenciam seus enfoques, além da prevenção, na autoestima, na valorização da prostituição enquanto trabalho e das prostitutas enquanto sujeitas de direitos.

Imagem 2 - Adesivos da campanha “Sem vergonha, garota! Você tem profissão!”



Fonte: Ministério da Saúde (2002)

A campanha “Travesti e respeito” foi lançada pelo Ministério da Saúde em 2004 e o movimento organizado considera que é a primeira campanha que tem as mulheres trans como protagonistas e vistas para além das questões de saúde. Seu lançamento se tornou um marco tão importante para o movimento que o dia em que se deu, 29 de janeiro, passou a ser comemorado como “Dia da visibilidade trans” (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Se a campanha “Sem vergonha, garota!” tinha como foco o reconhecimento da prostituta como mulher trabalhadora, a “Travesti e respeito” trazia imagens de travestis em contextos de trabalho e vida diversos da prostituição, evidenciando outras propostas de existência para estas sujeitas. Carvalho ressalta ainda que os panfletos de campanhas para travestis vão, ao longo dos anos, cada vez mais focando menos na prostituição e mais em “empregos respeitáveis”, e, embora o trabalho sexual siga sendo tema de encontros e debates, vai sendo invisibilizado em materiais de divulgação (CARVALHO, 2013). Na imagem abaixo podemos ver como a campanha priorizava a representação de uma diversidade de mulheres travestis, se afastando do estereótipo que vincula as mesmas exclusivamente à prostituição.

Imagem 2 - Peça publicitaria da campanha “Travesti e respeito”



Fonte: Ministério da Saúde (2002)

Mario Carvalho considera que “travesti” é praticamente uma identidade profissional, sendo a prostituição um destino quase inegável que obriga a realização de mudanças corporais, que são vistas como necessidade laboral. Algumas militantes tem uma

relação ambígua com o tema e se colocam como contrárias à regulamentação da atividade, haja vista sua percepção como destino para as travestis (CARVALHO, 2011b). O movimento se vê constantemente marcado por tentativas de purificação moral das identidades políticas, com propostas de que as militantes não se vistam de forma provocativa, não exibam o corpo, policiem suas formas de falar, almejando um distanciamento da imagem da prostituta e a eliminação da política do escândalo, produzindo uma performance política higiênica (CARVALHO, 2011a)

5. Resistências pré-golpe: projetos de lei e luta contra violência

Mario Carvalho destaca que apesar de o movimento trans ser em essência um movimento de pessoas trans que se prostituem, de travestis prostitutas, foi apenas em 2011 que o movimento começa a colocar a prostituição enquanto pauta. Isto se deu devido a demandas do governo brasileiro com relação ao tráfico de pessoas e também ao contato de lideranças trans e cis que se prostituem, citando a relação entre Indianarae Siqueira e Gabriela Leite (CARVALHO, 2015).

Projetos de Lei e a proposta de concretização das diferenças

A pauta central para cada um dos movimentos pode ser vista em razão dos Projetos de Lei (PL) articulados com deputados e defendidos pela militância. Tanto o movimento organizado de prostitutas quanto o de transexuais e travestis, fizeram articulações com o deputado Jean Wyllys para apresentação de PL à câmara dos deputados, que são emblemáticos de suas demandas centrais.

O PL 4211/2011, de Jean Wyllys, PSOL-RJ, foi produzido conjuntamente com o movimento de prostitutas, recebendo consultoria de assessoras técnicas como Roberto Domingues, e se baseou no projeto de Fernando Gabeira. O PL 98/2003, de Fernando Gabeira, à época PT-RJ, foi elaborado em parceria com o movimento de prostitutas e propõe a exigibilidade de pagamento por serviços de natureza sexual e a descriminalização do entorno da prostituição (casas, agenciadores), argumentando que providências sanitárias e de política urbana poderiam reduzir os “efeitos indesejáveis” da prostituição. Já o PL 4211/2011 visa regulamentar a atividade de profissionais do sexo, diferenciada da exploração sexual (esta sim sendo penalizada e vedada),

estabelecendo que não pode ser forçada, sem pagamento ou ocorrer lucro dos agenciadores de mais de 50%. O projeto ainda possibilita o trabalho autônomo e em cooperativas (WYLLYS, 2012).

O projeto conceitua profissionais do sexo como pessoas de mais de 18 anos, capazes, que voluntariamente prestam serviços sexuais recebendo remuneração por isso. Já a exploração sexual é a apropriação de mais do que metade do rendimento da prestação de serviço, o não pagamento pelo serviço contratado ou forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência. A exploração é crime contra a dignidade sexual da pessoa, independente da maioridade ou da capacidade civil da vítima, sendo previsto nos artigos 214 e 218 do Código Penal e nos artigos entre 240 e 241-E do Estatuto da Criança e do Adolescente. Propõe alterações nos artigos 228, 229, 230 e 231 do Código Penal (BRASIL, 1940), principalmente no que tange à substituição do termo prostituição por exploração sexual, ao invés de focar em sua supressão como almejava Gabeira (salvo do artigo 230). Com isso, objetiva regular a profissão do sexo e combater a exploração sexual (através da fiscalização de casas e controle do Estado sobre o serviço). O projeto destaca ainda que não existe prostituição de crianças e adolescentes, mas sim abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes (WYLLYS, 2012).

O projeto de Lei 5002/2013 Lei de Identidade de Gênero ou PL João W. Nery decreta o direito de todas as pessoas ao reconhecimento de sua identidade de gênero e ao seu desenvolvimento e tratamento em consonância com esta. Assim, a pessoa deve ser identificada conforme sua identidade, incluindo possíveis alterações corporais e em seus documentos pessoais (WYLLYS; KOKAY, 2013). A importância da aprovação do PL pela comunidade trans é apresentada por Carvalho em momentos como a escrita da petição que busca tomar como centro da parada LGBT de São Paulo de 2015 a aprovação da lei, argumentando que o projeto visa tornar o processo de transexualização menos burocrático e mais acessível à comunidade trans (CARVALHO, 2015). A eleição pela população trans deste projeto como sendo emblemático de suas lutas e pautas evidencia a centralidade da questão identitária e demonstra que apesar da forte presença de pessoas trans na prostituição, é visado o afastamento desta imagem de mulheres trans como prostitutas.

Violências, preconceito e novas formas de aproximação

Da mesma forma que nos primórdios das ações de organização do movimento de prostitutas, a violência e o preconceito tem sido um catalizador para formas de atuação conjunta. Se antes o binômio violência policial/AIDS era central, a violência da polícia segue aglutinando movimentos, mesmo que esporádicos, bem como a relação com movimentos contrários à prostituição como grupos religiosos ou até feministas.

Em 15 de abril de 2014, prostitutas que trabalham no “Prédio da Caixa”, como é conhecido o edifício número 327, no centro de Niterói, sofreram uma ação criminosa. A polícia invadiu as salas, reteve e agrediu prostitutas e ainda tomou posse de seus pertences, de forma ilegal e truculenta. A ação gerou uma manifestação em que cerca de 100 profissionais do sexo traziam faixas com dizeres como “prostituição não é crime” ou “queremos trabalhar”. Havia ainda provocações como “Polícia, me prende! Você é meu cliente” e “Policial, vem com a gente! Você é meu cliente!” (SIMÕES, 2014). Apesar da gravidade do acontecimento, houve pouca manifestação por parte de movimentos feministas contra a violência. Um dos poucos movimentos que se posicionou foi a Marcha das Vadias, que se posiciona a favor da regulamentação da prostituição e da qual a ativista e travesti Indianara Siqueira era participante (CARVALHO, 2015). Cabe ressaltar que a Marcha das Vadias, como um movimento que toma características diversas em diferentes localidades, se constitui, em contextos específicos, como possibilidade de diálogo de feminismos jovens e acadêmicos com movimentos organizados de prostitutas, como é observado no caso de Belo Horizonte (BARRETO, 2015; PISCITELLI, 2012)

Outra situação que tem gerado fortes enfrentamentos se dá por parte do movimento organizado de prostitutas e com as feministas que se auto intitulam “feministas radicais” ou “radfem”. Estas feministas, muitas vezes atuantes principalmente no espaço virtual se opõem ao que chamam de “feministas liberais” ou “libfem”, que seria o feminismo que defende a prostituição como um trabalho, acreditando que o mesmo glamouriza a prostituição e a pornografia, ao dotar estas de possibilidades emancipatórias.

Este embate é, segundo Piscitelli, uma atualização 20 anos depois das chamadas Guerras do Sexo, ocorridas nos Estados Unidos (PISCITELLI, 2008), e tomou o cenário

público e virtual no Brasil. Muitas vezes os debates se tornaram bastante acalorados e até mesmo violentos, com manifestações transfóbicas (muitas “radfems” não acreditam na transexualidade e defendem um movimento feminista formado exclusivamente por mulheres cis). A agressão dirigida a prostitutas cis e por mulheres trans, prostitutas ou não, muitas vezes tem características semelhantes, como a exposição do nome civil (em oposição ao nome social das travestis ou ao nome de trabalho das prostitutas) e de demais dados pessoais, levando a aproximações entre militantes dos diferentes movimentos.

6. Considerações Finais

A retomada histórica das relações entre movimento organizado de prostitutas no Brasil, especialmente localizado nas atrizes da Rede Brasileira de Prostitutas, com mulheres trans e travestis se demonstra complexa e marcada por aproximações e distanciamentos constantes. As mulheres transexuais são praticamente invisíveis junto ao movimento e a suas demandas. Por outro lado, as travestis ocupam lugares diversos nos diferentes contextos. Num primeiro momento, são as protagonistas da luta e também a principal causa de organização da ação coletiva. Cabe ressaltar que esta associação se dá em um momento político no contexto brasileiro de aproximação de diversos movimentos sociais na luta contra as arbitrariedades cometidas no período da ditadura civil-militar. O assassinato e a violência contra travestis aparece como estopim para a luta tanto no contexto nacional como local, na cidade de Belo Horizonte, mas pode ser observado também em outras localidades, haja vista a transfobia alarmante em território nacional. Num segundo momento, as lutas se distanciam e mulheres cis e travestis passam a defender pautas próprias e por vezes até mesmo contraditórias, como a própria relação com o reconhecimento laboral. O segundo momento é marcado também, num universo mais amplo da luta dos movimentos sociais por defesa de pautas identitárias que são a marca de movimentos sociais que passam a se constituir enquanto Organizações Não Governamentais, mantidas via editais financiados por órgãos públicos. Este movimento a um só tempo reduz a capacidade combativa e direciona os diversos grupos a pautas cada vez mais específicas.

Nos anos que precedem o golpe contra Dilma Roussef (2016), vemos reaproximações entre os movimentos que se dão tanto por algumas de suas representantes, especificamente por travestis, quanto por novas pautas de violência e opressão que demandam a ação conjunta. Neste contexto é fundamental destacar que os movimentos sociais em âmbito nacional e internacional estão cada vez mais marcados por uma fragmentação e uma estrutura de ação em redes e por práticas individuais de militâncias na internet e não vinculada necessariamente a um movimento social específico.

Considero que a participação das travestis junto ao movimento organizado de prostitutas foi e segue sendo de fundamental importância para a elaboração de pautas e de demandas por direitos. É necessária a ampliação progressiva do diálogo de maneira a assegurar que as diversidades de reivindicações sejam respeitadas e asseguradas.

Referências

BARRETO, Leticia Cardoso. *Somos sujeitas políticas de nossa própria história: Prostituição e feminismos em Belo Horizonte*. Tese de doutorado, Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade - Volume Dois: Eixos temáticos*. . Brasília: [s.n.], 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>.

BRASIL. *Decreto-lei n. 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 (Código Penal)*. . Brasil: 119º da Independência e 52º da República. , 1940

BRASIL. *Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e da aids / Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids*. Brasília: 2002.

CARVALHO, Mario. A (im)possível pureza: Medicalização e militância na experiência de travestis e transexuais. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latino Americana* (8), 2011^a, pp. 36–62.

CARVALHO, Mario. *“Muito prazer, eu existo”*: Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. Tese de doutorado, Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, Mario. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação de mestrado, Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, Mario. Ver para não ser visto: Visibilidade, estigma e reconhecimento no ativismo de travestis e transexuais no Brasil. 2013, [S.l: s.n.], 2013. p. 16. Disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/4.1.2_Mario_Carvalho.pdf>.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latino Americana* (14), 2013, pp. 319–351, 2013.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, ANPOCS, 1993.

LEITE, Gabriela. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu se prostituir*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LENZ, Flavio. Campanha usa flor para enfrentar a Aids. *Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, mar. 2002. , p. 3.

MORAES, Aparecida. *Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MTE. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Disponível em: <<http://www.mtebo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>.

PISCITELLI, Adriana. Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção do conhecimento sobre tráfico de pessoas. *Cadernos Pagu* (31), 2008, pp. 29–63.

PISCITELLI, Adriana. Feminismos e prostituição no Brasil: Uma leitura a partir da antropologia feminista. *Cuadernos de antropología social* (36), 2012, pp. 16.

RBP. *Rede Brasileira de Prostitutas*. Disponível em: <<http://www.redeprostitutas.org.br/>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

SIMÕES, Soraya Silveira. “Eu eu eu, eu só dou o que é meu”: Prostitutas de Niterói ocupam ruas para denunciar invasão da polícia a salas de batalha e detenções ilegais. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=926&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

TEIXEIRA, Paulo Roberto. Políticas públicas em Aids. *Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ABIA, 1997. p. 43–68.

TREVISAN, João Silvério. A vida é fácil? *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, fev. 1980a. , p. 2.

TREVISAN, João Silvério. São Paulo: A guerra santa do Dr. Richetti. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, jul. 1980b. , p. 18Disponível em:

<<http://www.grupodignidade.org.br/cedoc/lampiao/30> - LAMPIAO DA ESQUINA EDICAO 26 - JULHO 1980.PDF>.

WYLLYS, Jean. Projeto de Lei 4211/2012 (Lei Gabriela Leite). , 2012, p. 8.

WYLLYS, Jean; KOKAY, Érika. Projeto de Lei 5002/2013 (Lei João W. Nery). , 2013, p. 13. Disponível em: <<http://prae.ufsc.br/files/2013/06/PL-5002-2013-Lei-de-Identidade-de-Gênero.pdf>>.